

TESE DO SINDIPETRO CE/PI

1) CONJUNTURA INTERNACIONAL

A atual conjuntura internacional é marcada pela queda do império estadunidense e a mudança hegemônica entre os Estados Unidos e a China, um processo onde a transição energética e o controle sobre os combustíveis fósseis tornaram-se o principal campo de batalha geopolítico. Os blocos emergentes, liderados pelos BRICS, aceleram essa reconfiguração ao desafiar a ordem unipolar e a dependência do dólar americano.

A China assumiu a vanguarda na transição energética, dominando a cadeia global de suprimentos de tecnologias verdes (como baterias, turbinas e painéis solares), além de liderar a infraestrutura de eletrificação. Com o uso constante de tarifas comerciais estratégicas e restrições a semicondutores, os Estados Unidos têm buscado conter o avanço chinês enquanto equilibram sua segurança energética entre a reindustrialização e a matriz fóssil.

A grande mídia corporativa tem desviado a atenção da população do aquecimento global e suas consequências extremas como seca prolongada, grandes incêndios florestais, mudanças bruscas de temperatura, furacões, etc. e focado nas guerras promovidas e incentivadas pelo governo estadunidense e Europa, com a lógica perversa do inimigo comum. Geralmente utilizam a Rússia, já que a China tem uma postura claramente anti-imperialista e tem sido pragmática ao expandir seus produtos industrializados e buscar fornecedores de matéria-prima, principalmente na América Latina e África. Isto colabora com a infraestrutura destes países, ao mesmo tempo que aumenta a influência do Gigante Asiático na região com ferrovias, portos, geração de energia e comunicação, reduzindo seus custos, principalmente com frete.

A América Latina tornou-se, portanto, um palco central de disputa geopolítica e econômica entre a **China** e os **Estados Unidos**. Enquanto Pequim utiliza a **Nova Rota da Seda** (*Belt and Road Initiative*) para expandir sua influência global por meio de investimentos e infraestrutura, Washington intensifica esforços para conter esse avanço no seu próprio continente. Neste mesmo contexto, a Ferrovia Transoceânica encontra-se em fase de estudos de viabilidade. Um megaprojeto para conectar o Porto de Ilhéus (BA), no Oceano Atlântico, ao Porto de Chancay (Peru), no Pacífico. Com extensão superior a 4.400 km no Brasil, a rota bioceânica encurtaria o percurso atual (que hoje passa pelo Canal do Panamá ou contorna o Cabo da Boa Esperança), diminuindo o tempo de viagem do Brasil para a Ásia de cerca de 40 dias para aproximadamente 28 dias.

A **Doutrina Monroe** (1823), que defende a lógica da "América para os americanos", foi reavivada pelo governo dos Estados Unidos (o que tem sido chamado de *Doutrina Donroe* ou *Corolário Trump*). Essa retomada da política externa americana baseia-se na reafirmação da região como sua zona de influência para conter a expansão chinesa e garantir recursos estratégicos. A Venezuela tem sido alvo direto dessa nova Doutrina, materializada em ações como a pressão militar, sanções e o sequestro do presidente Maduro. Momentos de tensão regional, como o cerco à Venezuela, testam a postura diplomática de equilíbrio e não-intervenção do Brasil.

O governo norte-americano exige controle migratório e combate aos cartéis, principalmente no México. A proposta de mudança de nome do Golfo foi tratada pela

diplomacia mexicana como uma alteração de validade restrita à legislação interna dos EUA. As *big techs* estão sendo utilizadas com o propósito de propagar *fake news* e reescrever a história. O projeto resiliente e vitorioso cubano também vem sendo sistematicamente atacado. Já a Argentina, tem sido um “balão de ensaio” do projeto da Extrema Direita para as Américas, com empobrecimento da população, ataques ao Sindicalismo e direitos trabalhistas, desindustrialização e manipulação dos índices econômicos. O país alinhou-se estrategicamente aos EUA e busca acordos comerciais, afastando-se de parceiros continentais.

Fora do continente americano, o Irã representa um contraponto geopolítico aos interesses da Casa Branca. As alianças do Irã com governos latino-americanos (como o venezuelano) e o avanço da influência iraniana no Oriente Médio são vistos pelos EUA como desafios diretos aos seus interesses globais e à segurança nacional. Mesmo antes disso, a guerra da Ucrânia já fomentava os aumentos globais dos custos de energia e a indústria armamentista comemorava novas vendas ao repor os estoques que foram utilizados pela Ucrânia em guerras híbridas, armas ultrassônicas e drones de combate.

Interessante observar que, o choque do aumento brusco do petróleo e derivados, trouxe uma oportunidade de expor os malefícios das privatizações recentes dos desgovernos Temer e Bolsonaro à população. O campo progressista tem oportunidade de “furar a bolha ideológica” e desconstruir o imaginário da parcela que acredita no Estado mínimo.

A venda de ativos da Petrobras, como a BR Distribuidora e refinarias, gerou críticas por limitar o controle estatal sobre os preços na bomba e aumentar a dependência do mercado externo. Críticos apontam que essas privatizações transferiram o poder de precificação para entes privados, deixando o país mais vulnerável às oscilações internacionais do petróleo. O debate político atual foca na necessidade de retomada (reestatização) de ativos logísticos e de refino para garantir a soberania energética, proteger o consumidor interno e mitigar os efeitos de conflitos geopolíticos nos custos dos combustíveis.

A Petrobras passou a avaliar iniciativas e investimentos no seu parque de refino para alcançar a autossuficiência do Brasil na produção de diesel e gasolina até 2031. O objetivo central é ampliar a segurança energética do país, reduzindo a atual dependência externa (cerca de 30% do consumo). O plano estratégico inicial previa suprir 85% da demanda de diesel até 2030. No entanto, a estatal avalia projetos para cobrir **100% da demanda nacional** de diesel e gasolina. Os projetos visam incrementar a capacidade de refino entre 330 mil e 500 mil barris por dia na próxima década.

2) CONJUNTURA NACIONAL

Mesmo minoritário no Congresso, o governo Lula está implementando uma agenda desenvolvimentista baseada em políticas sociais, reindustrialização, fortalecimento do Estado e protagonismo internacional via BRICS e Sul Global. O Congresso Nacional, dominado pelo Centrão e pela Direita, opera como força de chantagem permanente. Controla o orçamento, impõe pautas reacionárias e atua como braço político da extrema direita derrotada nas urnas.

Ainda somos asfixiados pela estratégia construída no desgoverno Temer e Bolsonaro de forçar autonomia do Banco Central (lê-se subserviência ao deus Mercado) e

drenar recursos da população para pagamentos de juros exorbitantes e satisfazer rentistas. Apesar deste cenário, temos que reconhecer que o governo Lula tem entregue estabilidade econômica, geração de empregos, inflação controlada, retomada dos investimentos, manutenção e implementação de novos programas sociais que recentemente fez o Brasil atingir pela primeira vez a faixa de "muito alto" Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), alcançando a marca de 0,805. Este marco histórico foi divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Contudo, a mídia hegemônica segue difundindo narrativas que atacam políticas sociais e defendem cortes em saúde, educação, programas sociais e salário mínimo sob o falso argumento do "equilíbrio fiscal".

No campo social, a plataformização transforma trabalhadores em prestadores sem direitos, submetidos a algoritmos que controlam ritmo, remuneração e avaliação. A uberização sintetiza a exploração contemporânea: sem vínculo, sem proteção e sem estabilidade. Neste sentido, a inteligência artificial representa uma ruptura histórica comparável à escrita, à eletricidade e surgimentos dos computadores. Automatiza tarefas cognitivas, reorganiza cadeias produtivas e de suprimentos, redefine profissões e funcionamento das máquinas. O capitalismo com a inteligência artificial está intensificando muito rapidamente e exponencialmente a exploração como já se vê nas corporações, na guerra militar, cibernética, financeira, comercial e tecnológica.

Na área de petróleo e gás, sob argumento de "proteger os trabalhadores e melhorar a logística", tem avançado o deslocamento dos empregados para Salas de Controles remotas, inspeções virtuais, uso de drones, inteligência artificial e teletrabalho. Contudo, a sobrecarga mental de monitorar e alimentar sistemas e variáveis que exigem cada vez mais dados com um efetivo cada dia menor e a proibição de desconexão fora do trabalho, está impactando na saúde mental dos trabalhadores. A revisão da NR-1, escancara a epidemia de afastamentos por burnout, estresse, ansiedade e depressão. A venda de antidepressivos é recorde e a responsabilização do empregador é o primeiro passo para enfrentarmos este problema.

Essa fragmentação do trabalho através da tecnologia trouxe novos e complexos desafios que estão dificultando a organização da classe trabalhadora. Mas, por outro lado, gerou contradições importantes porque diante da facilidade da conectividade digital surgiram novas possibilidades de interação, mobilização e solidariedade entre os trabalhadores.

Os públicos sub representados são os mais impactados. É inadmissível que ainda se normalize e prevaleça uma cultura patriarcal com sobrejornada para mulheres. Com o crescimento de grupos conservadores como *red pill*, o fortalecimento do discurso feminista entre as mulheres trabalhadoras é essencial para garantir a dignidade no ambiente trabalho e os sindicatos têm que abraçar esta causa.

O movimento *red pill*, centrado na defesa de ideais de masculinidade, cresce de forma acelerada nas redes sociais, impulsionando discursos de ódio, misoginia e violência contra as mulheres. Alimentado por algoritmos e comunidades virtuais organizadas, esse fenômeno tem alcançado especialmente jovens e contribuído para a normalização da violência de gênero no ambiente digital e fora dele. Além da violência física e simbólica, mulheres trans e mulheres negras enfrentam profundas desigualdades estruturais, maior vulnerabilidade econômica e exclusão no mercado de trabalho.

O setor de petróleo e gás no Brasil é predominantemente masculino, o que aumenta a situação de vulnerabilidade das trabalhadoras. A opressão das mulheres nos mundos do trabalho é uma realidade estrutural que se manifesta de forma cotidiana em desigualdades salariais, descaracterização da função desempenhada por meio de alterações no regime de trabalho, no avanço da carreira, sobrecarga de tarefas de

cuidado, ataques à dignidade menstrual e, de modo particularmente grave, em situações de assédio moral e sexual.

Nesse contexto, o movimento sindical tem papel insubstituível. Não adianta ser contra o machismo, temos que nos posicionar claramente antimachistas. Cabe às entidades representativas pressionar de forma contínua e organizada para que as empresas adotem atitudes sérias e imediatas diante das denúncias de assédio, assegurando escuta qualificada, investigação célere, confidencialidade e não retaliação. A ouvidoria na Petrobrás continua desacreditada. A profissionalização dos ouvidores e contratação de servidores aposentados da justiça como ex-procuradores e ex-juízes poderia promover investigações isentas e imparciais e colaborar na retomada da credibilidade da ouvidoria. Este processo não seria uma novidade. Após a nefasta LavaJato, a Petrobrás contratou como conselheira uma ex-ministra do STF, exatamente com o propósito de resgatar a imagem pública desgastada. É imprescindível tomar ações eficientes, fugir do negacionismo e implementar políticas integradas de prevenção e educação.

Além de instituir códigos de conduta claros e aplicáveis para todos, ter canais de denúncia acessíveis e independentes, protocolos de atendimento às vítimas e medidas disciplinares justas, temos que fortalecer os Comitês de Diversidade para serem efetivos. Este importante fórum não pode se conformar em apenas acolher as vítimas e incentivar denúncias à ouvidoria. O Comitê de Diversidade deve atuar preventivamente e proativamente. Este espaço, tal qual as Cipas, deve ser disputado pelas Entidades Sindicais no ACT. Ambientes de trabalho seguros, igualitários e respeitosos não são concessões: são exigências mínimas de dignidade e justiça. Os sindicatos e a sociedade devem manter a vigilância e a ação coletiva permanentes, para que cada denúncia resulte em proteção e mudança, e para que a cultura do assédio dê lugar a uma cultura de respeito, equidade e responsabilização. Importante frisar que a maioria das vítimas são mulheres negras (pretas e pardas) e isto evidencia a intersecção entre racismo estrutural e violência de gênero.

A tarefa da categoria petroleira é compreender esse cenário e atuar como sujeito político capaz de defender a democracia, os direitos sociais e a soberania, impulsionando o desenvolvimento nacional. Devemos continuar nossa luta, organizando a categoria petroleira por mais e melhores direitos. A principal tarefa da categoria em 2026 é reeleger Lula e uma bancada progressista majoritária no Congresso Nacional para derrotar a extrema-direita e manter viva a chama da esperança, para que o nosso país continue avançando. A luta de classes segue sendo o motor da história. Petroleiros e petroleiras! Luta e resistência a favor do povo brasileiro. Viva a democracia! Viva o Brasil!

3) TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E O FUTURO DO PETRÓLEO

Historicamente, a humanidade passou por transições no uso de energia. Na era industrial, o carvão mineral sucedeu a lenha e posteriormente foi deslocado para fins mais nobres como fabricação de aço. O mesmo deve ocorrer com o petróleo, que será direcionado à petroquímica.

O hidrogênio verde, produzido a partir da eletrólise da água com energias renováveis e livre de emissões, apresenta-se como alternativa ao gás natural, funcionando como insumo na indústria de combustíveis verdes e de fertilizantes. Mesmo com a aprovação do Marco Temporal do Hidrogênio Verde e outras políticas de incentivo

e fomento, os custos ainda inviabilizam tais iniciativas. A maioria dos projetos ainda estão em estudo e com protocolos de intenção. O modelo de exportação como amônia verde para caminhões e navios, parece não despontar como viável e requer atenção quanto aos riscos de formação de NOx, com efeito estufa muito superior ao CO₂. Urge que a ANP e Ministério das Minas e Energia, formulem resoluções que obriguem os grandes produtores de hidrogênio cinza, consumirem obrigatoriamente cotas renováveis e crescentes, caso contrário, os EVTE's serão rejeitados. O uso de biogás, principalmente de aterros sanitários, hidrogênio azul (com reinjeção de CO₂ em poços rasos desativados), hidrogênio verde e pesquisa em hidrogênio geológico ou branco, deve ser crescente e obrigatório. O Brasil ocupa uma posição de destaque mundial na agenda energética devido, principalmente, à composição de sua matriz energética já amplamente diversificada, composta em 49,1% por fontes renováveis, sendo a matriz elétrica composta em 86,1% de energias renováveis.

O histórico do Brasil com biocombustíveis é marcado pelo pioneirismo. A trajetória nacional é dividida principalmente pelo Proálcool (década de 1970/80) e pelo PNPB (anos 2000), consolidando o país como referência mundial no uso de energia limpa na matriz de transportes. O Programa Combustível do Futuro vem direcionando políticas de fomento para a produção de Combustível Sustentável de Aviação (SAF) e o Diesel HVO (Diesel Verde) a fim de descarbonizar os modais marítimo e aéreo. O BNDES atua como um dos principais financiadores de novos editais de pesquisa e desenvolvimento nesta área.

A eletrificação da frota, principalmente em grandes cidades, tem evoluído com carros chineses e novas baterias. Única preocupação é a quantidade de terras raras empregadas e o impacto da mineração e exploração sobre áreas preservadas. Paralelo a isto, temos avançado no biodiesel por coprocessamento nas refinarias e bioQAV de etanol. Faltam novamente políticas públicas para dar segurança jurídica aos investimentos. O diesel R com conteúdo renovável tem sido alvo de lobby da bancada do Agronegócio.

Neste contexto, a categoria petroleira que sempre defendeu a exploração responsável do petróleo e gás natural, a soberania energética do Brasil, a geração de empregos e desenvolvimento nacional é novamente artificie e pioneira na busca da transição energética justa.

Os petroleiros cearenses desejam contribuir nesta complementação energética, aproveitando as vocações e potencialidades dos Estados do Ceará e Piauí. A Lubnor pode contribuir com sua localização estratégica e tornar-se uma biorrefinaria no futuro com biobunker, diesel automotivo com conteúdo renovável, geração solar armazenada em banco de baterias e utilização crescente de biometano. Seu pequeno porte em comparação às demais, qualifica a refinaria para testes de alta tecnologia e programas piloto em biocombustíveis. A necessidade de aumento de capacidade para redução dos custos fixos, faz-se necessário para perpetuar suas operações e vemos como uma grande oportunidade crescer já mirando a transição energética. A Termoceará segue importantíssima para estabilidade energética nacional. Sua particularidade de partir rapidamente quando acionada e sua flexibilidade com biodiesel, diesel e gás natural assegura seu futuro.

Estamos caminhando para retomada da Usina de Biodiesel de Quixadá que foi o primeiro ativo hibernado após o golpe contra a presidenta Dilma. Mais que uma reparação histórica, significa integração, desenvolvimento no Sertão Central e novas oportunidades interligada à ferrovia Transnordestina. Temos que lutar para a Transpetro retornar seu protagonismo reestatizando a TAG e retomando o terminal de regaseificação no porto do Pecém. A Petrobras não pode prescindir de um mercado pujante como Fortaleza e promissor como o Ceará.

Para que estes processos avancem, é necessário que o Governo Estadual e a bancada federal estejam engajadas. O Sindipetro CE/PI tem atuado como interlocutor, porém precisamos de uma maior atenção e pressão política para que não percamos essa “janela de oportunidade” mesmo em tempos pré-eleitorais. Vários entes federativos têm sido contemplados com investimentos vultosos e o Ceará devido sua importância não pode ficar alheio a este processo de mudança.

4) **MOÇÕES**

- **4.1. Moção de apoio a todas as deliberações construídas no Encontro Nacional de Mulheres e no Seminário do Setor Privado;**
- **4.2. Moção de apoio à ampliação da participação de mulheres nos espaços de poder e representação**

Defendemos a ampliação da presença de mulheres nos espaços de representação da classe trabalhadora, nas mesas de negociação, nas direções sindicais e em todos os espaços de formulação e tomada de decisão, como condição fundamental para o fortalecimento da democracia, da justiça social e da luta coletiva. Devemos lutar para implementar cota de gênero nas carreiras técnicas de no mínimo 15% nos próximos contratos da Petrobrás e subsidiárias. Da mesma forma, que a meta da Petrobras de equidade de gênero de 25% de lideranças femininas dos cargos de liderança seja implementada de forma integral e linear por unidade. Observamos que avançamos apenas nas gerências e coordenações em funções administrativas e exigimos o avanço nas carreiras técnicas em refinarias, terminais e plataformas. A empresa deverá garantir infraestrutura, metodologia e demais condições necessárias para que os funcionários e funcionárias exerçam as condições de liderança (estado puerperal, maternidade, adoção, etc)

MOÇÕES ADICIONADAS EM PLENÁRIA:

Moção de apoio a todas as deliberações construídas no Encontro Nacional de Mulheres e no Seminário do Setor Privado.

- **Moção de apoio** à ampliação da participação de mulheres nos espaços de poder e representação.
- **Repúdio à Gerência Nordeste Setentrional da Transpetro:** Os petroleiros condenam o descaso com os trabalhadores do Porto do Mucuripe, o ataque à liberdade sindical e ao direito de greve. Após a falência da D&A Empreendimentos, os grevistas sofreram ameaças de demissão e enfrentam atraso de salários há dois meses.
- **Solidariedade ao Povo Revolucionário de Cuba:** Apoio incondicional diante das ameaças imperialistas e exigência de envio de petróleo brasileiro para ajudar a enfrentar o bloqueio.
- **Solidariedade ao Povo Palestino:** Repúdio ao genocídio perpetrado pelo nazisionismo e apoio à luta pela liberdade.

5) SUGESTÕES SINDIPETRO CE/PI PARA O CONFUP

Grupo 1 – Refino, combustíveis fósseis e transição energética: combustível verde;

5.1.1. A Petrobras deve obrigatoriamente avançar na transição energética em todas as suas unidades de Refino com cota mínima de 10% de coprocessamento de oleaginosas como carga renovável (HVO e bioQAV) e 25% de biogás em todas as suas cargas. Essa diretriz deve ser fixada por resoluções da ANP e Ministério das Minas e Energia para direcionar os EVTE's em estudo e perpetuar as ações como de Estado não de Governo. Preferencialmente, deve-se utilizar e fomentar Óleos e Gorduras residuais e Biogás proveniente de aterros sanitários, através de unidades próprias e/ou leilões com contratos de longa duração para dar previsibilidade aos negócios.

5.1.2. O Projeto Lubnor Carbono Neutro deve ser priorizado pela Petrobras como investimento e P&DI com conclusão acelerada até 2030, utilizando a refinaria como projeto piloto para as demais refinarias, aproveitando a necessidade de revamp após o período de desinvestimento, diluindo os custos fixos e evoluindo gradativamente para torna-la no futuro, uma biorrefinaria integral.

5.1.3. Petrobras deve ser pioneira na produção de Hidrogênio verde e azul, utilizando sua expertise. Estabelecer cota mínima de 10% de hidrogênio verde e/ou azul nas cargas de suas unidades, através de resoluções da ANP e Ministério das Minas e Energia para direcionar os EVTE's. Solicitar contrapartidas em benefícios fiscais.

5.1.4. Petrobras deve estabelecer cota mínima de 25% de biodiesel no bunker em todas as suas unidades, através de resoluções da ANP e Ministério das Minas e Energia para direcionar os EVTE's. Solicitar contrapartidas em benefícios fiscais.

5.1.5. Petrobras deve buscar a autossuficiência em gasolina, diesel e GLP em todas as regiões do Brasil com novos projetos de ampliação em suas refinarias e ou reaquisição do controle sobre refinarias privatizadas (REMAN, RPCC, RELAM e SIX). Solicitar contrapartidas em benefícios fiscais.

5.1.5. Petrobras deve criar uma nova subsidiária para distribuição de GLP. Solicitar contrapartidas em benefícios fiscais.

5.1.6. Petrobras deve buscar os meios legais, jurídicos e administrativos de quebra de contrato que proíbe o uso de sua marca e a participação no mercado de distribuição de combustíveis até 2029. Deve-se utilizar o código de defesa do consumidor, ANP, Ministério das Minas e Energia e CGU para decretar a ilegalidade da cláusula que proibiu a Petrobras de participar da distribuição e cedeu o uso da sua logomarca.

TEXTO ADICIONADO EM PLENÁRIA:

A **ANP deve retirar a autorização de refino** para as empresas que não estejam refinando, a exemplo da atual Refinaria da Amazônia (REAM), antiga

REMAN (Refinaria de Manaus), que basicamente se transformou em um terminal de combustível.

A **ANP deve retirar a autorização de refino** para as empresas que, após comprovação judicial, estejam envolvidos com fluxo de lavagem de dinheiro de organizações criminosas, a exemplo da Refinaria Rio Grandense e da Refinaria de Manguinhos, ambas ligados ao grupo Refit"

TERMOELÉTRICAS: GARANTIA DE APOIO POR PARTE DA PETROBRAS NA PARTICIPAÇÃO EM TODOS OS LEILÕES PERTINENTES DAS TERMOELÉTRICAS, (LEILÕES DE ENERGIA, BANCO DE BATERIAS, SOLARES) APROVEITANDO ESTRUTURA, E ESPAÇO FÍSICO EXISTENTES.

Grupo 2 – E&P, novas fronteiras exploratórias e transição energética: impactos sobre os trabalhadores;

5.2.1. Petrobras deve concentrar esforços para acelerar novas fronteiras exploratórias, iniciando simultaneamente a Margem Equatorial no Norte e Setentrional (RN e Ceará), bem como acelerar o projeto de gás em Sergipe e as promissoras áreas de Pelotas-RS.

5.2.2. ANP deve converter multas dadas às empresas (especialmente aquelas por descumprimento de conteúdo nacional) em projetos de exploração em áreas de pouco conhecimento geológico como águas profundas da Bacia do Ceará e Barreirinhas no Maranhão. Petrobras deve ser contratada para efetuar estudos nessas novas fronteiras exploratórias com poços pioneiros.

5.2.3. ANP deve exigir que novos projetos somente sejam aprovados com tratamento e uso do gás natural. Revisar os projetos que foram construídos com reinjeção e/ou queima total de gás natural.

5.2.4. Petrobras deve reavaliar todos os projetos atuais e futuros de plataformas arrendadas e/ou afretadas, para avaliar juridicamente ruptura de contrato e operação e manutenção próprias de todos os projetos.

Grupo 3 – Setor de Fertilizantes, PBio e integração ao Sistema Petrobrás;

5.3.1. Petrobras deve avançar em metas e buscar autossuficiência na produção de fertilizantes nitrogenados. ANP e Ministério das Minas e Energia devem diferenciar os custos e impostos para o uso de gás natural e derivados como matéria-prima para síntese, tais quais outros países.

5.3.2. Petrobras deve incorporar as empresas ANSA e PBIO e seus trabalhadores, de modo a perenizar o conhecimento, reduzir custos e cargos comissionados. A diretoria de Transição Energética e a DPI devem estar à frente desta integração com a premissa de um único Sistema Petrobras.

5.3.3. PBIO deve reabrir até 2027 a unidade de Biodiesel de Quixadá com ampliação da produção. Deve ser priorizada operação e manutenção próprias. Será uma reparação histórica da primeira unidade hibernada após o desgoverno Temer / Bolsonaro e fechada desde 2016.

Grupo 4 – Logística, produtos e derivados: Transpetro e TBG, marcos regulatórios e perspectivas;

5.4.1. Transpetro deve retomar suas operações no porto do Pecém no Ceará com tancagem e terminal de regaseificação próprios, além de garantir a operação da TermoCeará com gás natural. Empresa deve negociar igualdade de condições e isonomia no tratamento frente ao Governo do Estado do Ceará e empresas privadas com assinatura de protocolo de intenções e memorando de entendimentos para utilizar o pier zero que será construído, além de obter benefícios fiscais.

5.4.2. Petrobras deve buscar reassumir o controle das operações da TAG, NTS e NTN. ANP e Ministério das Minas e Energia devem atuar como agência reguladora de forma efetiva e estabelecer critérios para obrigar os atuais proprietários a reduzir as margens de lucro e desestimular a exploração contra as empresas e população brasileira.

5.4.3. A TBG deve integrar-se definitivamente ao Sistema Petrobras com mesmos direitos e Plano de Cargos. Com a perspectiva de aumento futuro do gás natural para o Sudeste com o pré-sal, a TBG terá papel fundamental na industrialização do Centro Oeste fomentando geração de energia, fertilizantes e petroquímica.

Grupo 5 – Petrobrás e Sistema: Lei das Estatais, Estatuto e Planejamento Estratégico da holding;

5.5.1. Revisar todas as mudanças realizadas nos desgovernos Temer e Bolsonaro que resultaram na ampliação da força dos acionistas minoritários e direcionamento do lucro para dividendos.

5.5.2. Atuar politicamente e juridicamente para acabar com os Juros sobre Capital Próprio como forma de distribuição de Lucros.

5.5.3. Fortalecer a estratégia de recompra de ações, tal qual outras grandes petroleiras, nos momentos de lucratividade extraordinária. Aumentar a participação estatal. Encerrar gradativamente a listagem e encerrar operações na bolsa americana.

5.5.4. Revisar estatuto e planejamento estratégico, direcionando recursos para a autossuficiência nacional em gasolina, diesel e gás de cozinha até 2032.

Grupo 6 – Modelos de contratação, prestadores de serviço e setor privado;

5.6.1. Petrobras deve reavaliar todos os projetos atuais e futuros de plataformas arrendadas e/ou afretadas, para avaliar juridicamente ruptura de contrato e operação e manutenção próprias de todos os projetos.

5.6.2. Sistema Petrobrás deve retornar com o fundo garantidor nos contratos de prestação de serviços, fortalecer a fiscalização de contratos, direcionar e priorizar a qualidade em detrimento à rentabilidade nos editais e punir severamente as empresas e seus administradores (listados por CPF) que derem calote com dívidas trabalhistas, encerrarem antecipadamente contratos por pedidos de inviabilidade econômica ou dificultarem a utilização do plano de saúde aos seus empregados e familiares.

5.6.3. O Setor privado, deve avançar para um plano de cargos e salários único, com padronização das funções e negociações nacionais. A PLR deve obrigatoriamente ser tratada com o ACT das empresas.

5.6.4. Sistema Petrobras deve estabelecer metas de ambiência e satisfação dos empregados nos contratos de prestação de serviços.

5.6.5. Sistema Petrobras deve manter ouvidoria itinerante preventiva e plantão do comitê de diversidade para denúncias em todas as unidades, principalmente nas paradas de manutenção.

5.6.6. Sistema Petrobras deve acabar com a jornada 6x1 e implementar de forma imediata a jornada 5x2 e 40 horas semanais nos contratos atuais e novos, sem redução de salários e benefícios.

TEXTO ADICIONADO EM PLENÁRIA:

O marco zero do biometano: Como o pioneirismo cearense moldou a transição energética do gás no Brasil

O Estado do Ceará consolidou-se como o grande laboratório real e o marco da transição energética nacional no setor de gás. A virada de chave do mercado brasileiro teve início em dezembro de 2017, quando o empreendimento instalado no Aterro Sanitário Municipal Oeste de Caucaia (ASMOC) começou a operar, tratando biogás e fornecendo os primeiros volumes de biometano.

O grande salto tecnológico, no entanto, ocorreu poucos meses depois, em abril de 2018. Foi neste momento que a CEGÁS (Companhia de Gás do Ceará) fez história ao se tornar a primeira distribuidora do Brasil a injetar o Gás Natural Renovável (GNR) diretamente em sua rede de gasodutos comerciais, misturando a molécula sustentável ao gás natural fóssil.

Para viabilizar essa injeção contínua e inédita no país, foi construída uma linha exclusiva de aproximação de 24 quilômetros utilizando tubulações de Poliamida 12 (PA-12), um material de alta resistência que suporta pressões superiores às redes convencionais de

polietileno e representa o estado da arte na distribuição de gás canalizado.

Hoje, com quase uma década de operação contínua e segura, a companhia cearense não apenas é a grande referência nacional na comercialização do mix de gás, como provou ser a catalisadora das inovações regulatórias no país. O sucesso técnico e comercial da operação no Ceará forneceu o embasamento empírico que faltava para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) modernizar o marco regulatório brasileiro.

Foi observando os dados práticos de injeção da CEGÁS que a agência destravou o mercado nacional. O primeiro grande avanço ocorreu em setembro de 2022, com a publicação da Resolução ANP nº 886, que padronizou a qualidade do biometano oriundo de aterros. O ciclo de amadurecimento do setor culminou recentemente, em 2025, com a atualização da Resolução ANP nº 982. Esta nova diretriz estabeleceu regras definitivas para a qualidade, diretrizes para a mistura segura das moléculas e trouxe flexibilizações fundamentais para a injeção do gás renovável na malha — provando que a ousadia iniciada no ASMOC em 2017 transformou, de forma definitiva, a infraestrutura energética do Brasil.

Grupo 7 – Petros e AMS: os desafios do pós-emprego em uma empresa em transição.

5.7.1. FUP e demais representantes devem centrar esforços no diálogo com o TCU e mudanças estatutárias nos procedimentos da SEST para um acordo nacional em relação aos equacionamentos do plano Petros. Deve ser pensada uma revisão de “toda a vida” para corrigir eventuais distorções nas contribuições laborais dos empregados (tempo de contribuição em regimes especiais e funções, além de pente-fino quanto aos pensionistas).

5.7.2. Deve ser introduzida uma pesquisa de satisfação dos usuários como métrica para recebimento de vantagens da diretoria executiva da APS. A pesquisa deve ser ampla e ter metas específicas por região.

5.7.3. Reavaliar o preço justo das consultas e reembolso livre escolha que está congelado há anos e tem afastado bons profissionais da APS.

5.7.4. A APS deve ter eleições para representantes dos empregados dentro do conselho de administração e diretoria executiva.

5.7.5. A APS deve realizar campanhas e intensificar as práticas e exames preventivos, bem como campanhas de vacinação entre seus usuários, principalmente os aposentados e pensionistas.